



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CÂMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO**

RESOLUÇÃO Nº14/2006

Aprova o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, denominado Economia – Desenvolvimento Sustentável, sob a responsabilidade da Unidade de Economia e Finanças do CH – Centro de Humanidades.

A CÂMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO da UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, no uso de suas atribuições, e

Considerando as deliberações do plenário, em reunião realizada em 04 de agosto de 2006 (Processo nº 23096.005244/06-32),

R E S O L V E

Art. 1º. Aprovar o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, denominado Economia – Desenvolvimento Sustentável, a ser ministrado pela Unidade de Economia e Finanças do Centro de Humanidades, da UFCG.

Art. 2º. O Regulamento e a Estrutura Curricular do Curso passam a fazer parte da presente Resolução, constando nos anexos I e II.

Art. 3º. O Curso, estruturado de acordo com o que determinam as Resoluções nº 01/01 da Câmara de Educação Superior-CES, do Conselho Nacional de Educação-CNE, em vigor na data da formalização do Projeto do Curso, e nº 03/2006 da CSPG_UFCG, é de natureza departamental, modalidade regular, tempo parcial e utilizará metodologia de ensino presencial.

Art. 4º. A carga horária total do Curso é de 405 (quatrocentas e cinco) horas, distribuídas em 10 (dez) disciplinas, além do Trabalho Final, definido como Monografia.

Art. 5º. O Curso tem previsão para se realizar, de forma ininterrupta, nas instalações do Centro de Humanidades da UFCG, a partir de agosto de 2006, durante o período de 16 (dezesesseis) meses.

§ 1º. O período de realização do Curso poderá ser redefinido, mediante portaria expedida pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, a partir de entendimentos com a Coordenação do Curso.

§ 2º. No período de que trata o parágrafo anterior, está incluído o prazo para realização e defesa das Monografias.

Art. 6º. O Curso oferecerá um total de 20 (trinta) vagas, todas gratuitas.

Art. 7º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura

CÂMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO da Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, 08 de agosto de 2006.

MICHEL FRANÇOIS FOSSY
Presidente

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº14/2006 DA CSPG

REGULAMENTO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*, EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO, DENOMINADO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ECONOMIA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE ACADÊMICA DE ECONOMIA E FINANÇAS DO CENTRO DE HUMANIDADES.

Capítulo I Das Disposições Preliminares

Art. 1º O Curso de Especialização em Economia – Área: Desenvolvimento Sustentável funcionará segundo as normas do Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação da UFPB.

Art. 2º O Curso será promovido pelo Departamento de Economia e Finanças do Centro de Humanidades da UFCG, com carga horária mínima de 465 horas/aula, e será ministrado por 09 (nove) docentes dos Departamentos de Economia e Finanças e Educação.

Art. 3º Os docentes encarregados de ministrar as disciplinas do Curso terão, no mínimo, a titulação de mestre ou, excepcionalmente, será professor que não possua o título de Mestre, mas tenha a sua qualificação julgada suficiente pelo Conselho de Ensino e Pesquisa.

Art. 4º Os professores ministrantes das disciplinas do Curso pertencentes ao quadro da Instituição não terão qualquer remuneração.

Art. 5º A frequência mínima exigida pelo Curso será de 75% na participação das atividades programadas para cada disciplina, de acordo com o processo de avaliação adotado pelo professor.

Art. 6º O Curso funcionará numa das salas do Campus de Campina Grande da UFCG, no período de março de 2005 a junho de 2006.

Art. 7º Para a obtenção do Certificado de Especialização em Economia: Desenvolvimento Sustentável, exigir-se-á do aluno a integralização de 31 créditos em disciplinas oferecidas de acordo com o cronograma do Curso e a realização de uma monografia cujo tema se enquadre nas áreas de estudo focalizadas durante o Curso, que tenha sido submetida a um exame de qualificação, logo após o término das disciplinas.

Parágrafo único. O prazo para a defesa pública da monografia será de três meses após o término da última disciplina do Curso, ou seja, de março a junho de 2006.

Da Organização Administrativa

Seção I

Dos órgãos do Curso

Art. 8º O Curso de Especialização em Economia: Desenvolvimento Sustentável terá os seguintes órgãos:

I – Coordenação

II – Colegiado

Seção II

Da Coordenação do Curso

Art. 9º A Coordenação é o órgão do Colegiado do Curso e será exercida pelo Coordenador e Vice-Coordenador, diretamente subordinado ao Diretor do Centro de Humanidades, após consulta ao Departamento de Economia.

Parágrafo único. O Coordenador e Vice-Coordenador serão designados pelo Diretor de Centro de Humanidades, dentre os professores do corpo docente do Curso.

Art. 10. Caberá ao Coordenador promover as medidas necessárias à Constituição do Colegiado.

Art. 11. Compete ainda ao Coordenador:

I – convocar reuniões do colegiado e exercer a sua presidência, cabendo-lhe o direito de voto, inclusive o de qualidade;

II – representar o Colegiado do Curso junto aos órgãos da Universidade;

III – executar e fazer cumprir as deliberações do Colegiado do Curso;

IV – cumprir as determinações dos órgãos superiores da Universidade;

V – superintender os trabalhos da Coordenação;

VI – comunicar à Diretoria do Centro quaisquer irregularidades e solicitar medidas para corrigi-las;

VII – acompanhar e avaliar a execução curricular;

VIII – exercer a coordenação da matrícula no âmbito do curso;

IX – encaminhar à Diretoria do CH as resoluções do Colegiado do Curso que dependem de aprovação superior;

X – enviar, no final do Curso, à Diretoria do CH relatório das atividades da Coordenação do Curso;

XI – indicar a Comissão de Seleção dos candidatos do curso;

XII – tomar as medidas necessárias ao pleno funcionamento do Curso.

Parágrafo único. O Coordenador será substituído pelo Vice- Coordenador, quando se fizer necessário.

Seção III **Do Colegiado do Curso**

Art. 12 - O Colegiado do Curso é o órgão com função deliberativa, para a coordenação didática do Curso, sendo constituído:

I – pelo Coordenador do Curso, como seu presidente, e pelo Vice-Coordenador;

II – por 02 (dois) professores que ministrem disciplinas no curso, escolhidos livremente por seus pares;

III – por 01 (um) representante discente, escolhido por seus pares.

Art. 13. O Colegiado do Curso reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, e o comparecimento terá prioridade sobre outras atividades.

Art. 14. As deliberações do Colegiado de Curso serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes.

Art. 15. Além das constantes no Regulamento Geral da UFCG, são atribuições do Colegiado do Curso:

I – aprovação, com base na legislação pertinente, das indicações de professores, feitas pelo Coordenador do Curso, para, em Comissão ou isoladamente, realizarem atividades referentes à orientação acadêmica;

II – orientação de convênios;

III – pronunciamento sobre atos praticados pelo Coordenador, quando se fizer necessário;

IV – deliberação, em primeira instância, sobre os recursos apresentados contra quaisquer atos emanados dos professores e da Coordenação;

V – aprovação ou rejeição do relatório do curso.

DA ADMISSÃO AO CURSO

Seção I

Da Inscrição

Art. 16. Para inscrição dos candidatos à seleção do Curso de Especialização em Economia: Desenvolvimento Sustentável, exigir-se-ão:

- a) diploma ou certidão de conclusão do curso de graduação em Economia ou área afim, e histórico escolar;
- b) curriculum vitae comprovado;
- c) formulário de inscrição, devidamente preenchido e assinado pelo candidato, acompanhado de foto 3x4;
- d) cópia da carteira de identidade.

Seção II

Da Seleção

Art. 17 - A seleção do candidato será realizada por uma comissão designada pelo Coordenador do Curso, composta de 03 (três) professores do Departamento de Economia.

Art. 18 - Serão adotados, para seleção dos candidatos, os seguintes instrumentos: prova escrita, entrevista e análise do curriculum.

Seção III

Da Matrícula

Art. 19 - Os candidatos classificados na seleção deverão efetuar matrícula junto à secretaria do Curso, após a publicação do resultado, num prazo fixado pelo Coordenador.

§ 1º - A falta de efetivação da matrícula implica na desistência do candidato em matricular-se no Curso, bem como na perda de todos os direitos adquiridos pela classificação no processo seletivo.

§ 2º - No caso de desistência de candidatos classificados, a Coordenação poderá convocar outros candidatos inscritos e não classificados para ocuparem as vagas existentes, desde que preencham as condições de seleção.

Art. 20 - Não haverá trancamento de matrícula.

Do Regime Didático

Seção I

Da Organização Curricular

Art. 21 A carga horária mínima do Curso será computada de acordo com as disciplinas ministradas, não se computando o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, nem o desenvolvimento do Trabalho Final.

Seção II

Do Trabalho Final

Art. 24 - O Trabalho Final, definido como "Monografia", representa um dos requisitos obrigatórios para a obtenção do certificado de conclusão do curso. Será realizado individualmente pelo aluno e será apresentado até três meses após o término da conclusão das disciplinas.

§ 1º - A Monografia será submetida a um exame de qualificação, logo após o término das disciplinas, por uma banca formada pelo professor orientador por um professor do Departamento de Economia e um professor externo ao Departamento, da UFCG.

§ 2º - A Monografia será considerada como disciplina, sendo anotada no histórico escolar do aluno.

Art. 25 - A Monografia deverá evidenciar domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização.

Art. 26 - Para a realização da Monografia, o aluno deverá escolher um orientador credenciado pelo curso e aprovado pelo Colegiado, até 90 dias após o início do curso.

Parágrafo Único - Por solicitação do aluno e a critério do Colegiado, poderá haver mudança de orientador.

Capítulo V

Da Verificação do Rendimento Escolar

Art. 27 - O sistema de avaliação se efetuará, durante o curso, com base em provas escritas, seminários, ou outras atividades desenvolvidas a critério do docente da disciplina, e, ao final do curso, com base na defesa pública de um trabalho monográfico, conforme estabelecido no artigo 7º deste regimento.

§ 1º - As notas atribuídas às atividades e o grau final em cada disciplina serão expressas em números com até uma casa decimal, sendo aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 2º - O aluno que for reprovado em uma disciplina será desligado do curso.

Capítulo VI

Do Aproveitamento de Estudos

Art. 28 - Será considerado aproveitamento de estudos, neste regimento, a equivalência de disciplina(s) já cursada(s) anteriormente pelo aluno, com disciplina(s) da Estrutura Curricular do Curso. A análise deverá ser feita e aprovada pelo Colegiado do Curso.

§ 1º - Entende-se por disciplina já cursada aquela em que o aluno logrou aprovação.

§ 2º - É permitido o aproveitamento de estudos de disciplina(s) cursada(s) em Curso de Pós-Graduação nesta ou em outra(s) IES, desde que não ultrapasse 30% (trinta por cento) do total de horas do Curso.

§ 3º - O aproveitamento de estudos somente poderá ser feito quando as disciplinas tiverem sido cursadas nos últimos 05 (cinco) anos.

Dos Requisitos para a Obtenção de Certificados

Capítulo VII

Art. 29 - Será concedido certificado ao aluno que cumprir o que dispõem os Artigos 5º, e 7º deste regulamento.

Art. 30 - O certificado do Curso será expedido pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, acompanhado do respectivo histórico escolar, no qual constarão:

- a) a relação das disciplina, sua carga horária, a nota ou conceito obtido pelo aluno, e o nome e a titulação do professor por elas responsáveis;
- b) período em que o curso foi ministrado e sua duração total em horas;
- c) a declaração de que o curso cumpriu a todas as disposições da Resolução 01/01 do CNE, de 03 de abril de 2001.

Capítulo VIII

Das Disposições Gerais e/ou Transitórias

Art. 31 - Os casos omissos no presente regulamento serão analisados pelo Colegiado do Curso ou pela Câmara superior de Ensino, em última instância.

Art. 32 - O pessoal discente de que trata este regulamento ficará regido pelas normas do que dispõe o Regimento Geral da UFCG.

Art. 33 - Este regulamento passará a normalizar o Curso de Especialização em Economia: Desenvolvimento Sustentável.

ANEXO II À RESOLUÇÃO Nº14/2006 DA CSPG

ESTUTURA CURRICULAR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*, EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO, DENOMINADO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ECONOMIA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE ACADÊMICA DE ECONOMIA E FINANÇAS DO CENTRO DE HUMANIDADES.

ESTUTURA CURRICULAR

NOME DA DISCIPLINA	UNIDADE RESPONSÁVEL	PROFESSOR	HORAS AULA/CRÉDITOS
Teoria Econômica I	UECON*	Gelfa Aguiar	45/3
Teoria Econômica II	UECON*	Clodoaldo Bortoluzi	45/3
Teoria Econômica III	UECON*	Isabel Lausanne Fontgalland	45/3
Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa	UAED**	Antônio Berto Machado	45/3
Economia Brasileira	UECON*	Renato Kilpp	45/3
Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	UECON*	Francisco Barreto Filho	45/3
Desenvolvimento Local e Competitividade	UECON*	Leiliam Cruz Dantas e Constantino Soares Souto	45/3
Inovação e Competitividade no Agronegócio	UECON*	Érico Miranda	45/3
Política Agrária no Brasil	UECON*	Fernando G. de Oliveira	45/3
Economia e Meio Ambiente	UECON*	Renato Lilpp	45/3
Monografia	UECON*		

* UECON – Unidade Acadêmica de Economia

** UAED – Unidade Acadêmica de Educação

Conteúdo Programático

DISCIPLINA: ECONOMIA BRASILEIRA

CRÉDITOS: 03/45h

PROF. Dr. JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO

OBJETIVO

Esta disciplina pretende oferecer aos alunos a possibilidade de um estudo mais detalhado a respeito das fundamentações básicas da economia brasileira, desde o período colonial até a atualidade, considerando as análises da passagem de um modelo de desenvolvimento agrário-exportador para um modelo urbano-industrial, avaliando as potencialidades e os fracassos do modelo de substituição de importações e do modelo associado dependente. Além disso, pretende-se construir as condições teórico-metodológicas mínimas para a elaboração de análises e

diagnósticos da economia brasileira contemporânea.

EMENTA: A economia colonial, passando pela expansão cafeeira e abordando o processo de substituição de importações, desde as origens do processo de industrialização até o II PND. A crise dos anos 80 e os desequilíbrios por ela gerados, bem como as iniciativas heterodoxas de combate a inflação, e os anos 90 com a implementação de políticas de modernização que incorporam os princípios de rigidez orçamentária, abertura comercial e estabilização da moeda. Os caminhos e as perspectivas da economia brasileira no Século XXI.

PROGRAMA

Unidade I

Economia colonial – Séculos XVI a XIX

A empresa colonial, mercantil e escravocrata

Os ciclos econômicos

A expansão cafeeira e origens da industrialização

O processo de substituição de importações

A crise de 1930 e o avanço da industrialização brasileira

Anos 1950: Getúlio Vargas e a indústria pesada

O Plano de Meãs de Jucelino Kubitschek

O milagre brasileiro: auge e crise

O II PND: o fim de um ciclo

Seminários de Política Econômica

Unidade II

Anos 1980: crise e inflação

Choques externos e a recessão 1981-1983

A crise da dívida externa e a crise fiscal do Estado

As políticas heterodoxas de combate à inflação

Anos 1990: A modernização conservadora

Abertura comercial e o governo Collor

Novo modelo de inserção da economia brasileira

O Plano Real e seus desdobramentos

Seminários de política econômica.

Unidade III

A conjuntura econômica da economia brasileira no século XXI

O nível de atividade econômica

A política monetária

A política fiscal

A política cambial

O setor externo
A vulnerabilidade da economia brasileira
Seminários de política econômica

BIBLIOGRAFIA

Baer, M. O rumo perdido. A crise financeira do Estado Brasileiro, RJ, Paz e Terra, 1993
Belluzzo, L. G. de M e Batista, Jr. P.N. A luta pela sobrevivência da moeda nacional. São Paulo, Paz e Terra, 1992
Benjamin C. e alli – A opção brasileira. RJ, Contraponto, 1998
Brum, Argemiro. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. Editora Vozes. 17ª edição. Rio de Janeiro/RJ.
Cardoso de Mello, J. M. O capitalismo tardio. 2ª ed. SP, Brasiliense, 1982
Fausto, Boris. *História do Brasil*. 2 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
Gonçalves, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1999.

DISCIPLINA: ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

CRÉDITOS: 3/45h

PROFESSOR: RENATO KILPP

Ementa:

O desenvolvimento econômico e o meio ambiente. O processo da industrialização como causador de desequilíbrios sócio-ambientais irreversíveis. Diagnósticos amplos sobre as condições ambientais, considerando aspectos relativos à degradação do ar, água e solos. Análise das alternativas apresentadas em protocolos, leis e normas ambientais e seus resultados. O papel do Estado e das organizações não-governamentais. As alternativas reais da economia e do meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA

Livros/Artigos:

Agenda21 Brasileira. MMA/PNUD. Brasília. 2000.

Correia de Andrade, Manoel & outros. Meio ambiente, desenvolvimento e sub-desenvolvimento. Hucitec, São Paulo, 1995.

Kurz, Robert. O colapso da modernidade. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

Mészáros, István. Para além do capital. Ed. Boitempo. 2003.

Disciplina: POLÍTICA AGRÁRIA NO BRASIL

Professor: Fernando Garcia de Oliveira

Carga Horária: 45 horas

PROGRAMA DO CURSO

EMENTA

Os movimentos de luta pela terra. As organizações dos trabalhadores. A presença de outros mediadores. A evolução da legislação agrária. Formulação, Implantação e Desenvolvimento das Políticas Agrárias. Evolução da discussão sobre Reforma Agrária. A militarização da questão agrária durante o regime militar. A retomada das lutas na Nova República. O período posterior à Constituição de 1988. A Reforma Agrária no centro da cena política a partir da metade dos anos 90.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO

I - Unidades:

1 - A evolução da legislação agrária.

1.1 - Os primórdios da apropriação privada da terra no Brasil;

1.2 - A lei de terras;

1.3 - A questão agrária nas diversas Constituições brasileiras;

1.4 - O Estatuto da Terra;

1.5 - O período militar;

1.6 - A legislação atual.

2 - Os movimentos de luta pela terra. As organizações dos trabalhadores. A presença de outros mediadores.

2.1 - Os chamados movimentos "pré-políticos";

2.2 - O MASTER;

2.3 - As Ligas Camponesas;

2.4 - A luta pela terra pós 64: movimento sindical e igreja;

2.5 - O Movimento dos Sem Terra.

3 - As iniciativas de implementação da Reforma Agrária.

3.1 - Anteriores a 1964;

3.2 - As desapropriações do regime militar;

3.3 - O PNRA;

3.4 - Os planos posteriores à constituição de 1988.

4 - Evolução da discussão sobre Reforma Agrária.

4.1 - O debate até os anos 60.

4.2 - As atualizações após o processo de modernização da agricultura.

4.3 - A discussão atualmente.

5 - Assentamentos.

II - **Grupos Temáticos**

G.1 - Legislação Agrária.

G.2 - A luta em prol da Reforma agrária.

G.3 - Planos de Reforma Agrária.

G.4 - Assentamentos.

G.5 - Significados da Reforma Agrária.

III - **Filmes**

1 - O Canto da Terra.

2 - Um Cabra Marcado para Morrer.

3 - Lutas e Vidas.

IV - **Desenvolvimento do Programa**

O curso se apoiará sobre as exposições do professor, nas leituras de textos selecionados, e no contato direto com situações 'exemplos' da realidade agrária e do processo de intervenção do Estado sobre a mesma. A partir do conjunto de informações, fornecidas pelas diferentes formas anunciadas antes, os alunos serão estimulados a produzirem - sob forma escrita - diferentes reflexões sobre a temática em estudo. O programa se desenvolverá também a partir da apresentação dos grupos, por grupo temático, que serão definidos no início do curso. Os alunos trabalharão as situações 'exemplos' a partir de documentos de diferentes naturezas, tais como:

- a) legislação agrária: comparação do Estatuto da Terra com a regulamentação dos artigos da Constituição Federal, que tratam da Reforma Agrária;
- b) desapropriações de terra com fins de Reforma Agrária: cópia de um processo de desapropriação em tramitação no INCRA;
- c) disputas pela posse da terra na justiça comum: cópia de um processo judicial de ação de despejo, promovido por proprietário de terra, em área de tensão social;
- d) conflito de interesses entre proprietários de terra e posseiros: extratos do registro (gravado) de um processo de negociações havido entre proprietários de terra e posseiros;
- e) conflitos pela posse da terra na Paraíba: recortes de notícias de jornais.

IV.1 - **Objetivos de cada grupo.**

Aqui serão indicados os objetivos principais de cada assunto e serão formuladas perguntas iniciais, cujo estudo procurará responder. Estas perguntas deverão ser re-trabalhadas pelo grupo, nos diferentes momentos de discussão, de sorte a orientarem o plano de cada trabalho particular.

Grupo 1: Legislação agrária.

O objetivo é estudar o desenvolvimento da legislação agrária no Brasil, desde o início da colonização até a situação atual. Ênfase especial deve ser dada ao Estatuto da Terra. As principais perguntas são as seguintes: Qual a eficácia dos mecanismos que procuraram impor limites ao direito de propriedade da terra? Porque no Brasil se formularam sucessivas legislações que tinham por objetivo principal dificultar o acesso à terra aos produtores diretos?

Grupo 2: A luta em prol da Reforma Agrária.

A questão da luta pelo acesso a terra é histórica no Brasil. O objetivo é fazer o resgate das diversas formas de luta pela terra no Brasil, ao longo da história. Portanto, deve-se dar ênfase aos movimentos sociais, ao movimento sindical e à ação da igreja. As perguntas principais são: Quem luta por reforma agrária? Como se luta por reforma agrária? Quem apoia a luta pela reforma agrária? Qual o papel de cada um dos diferentes atores?

Grupo 3: Planos de Reforma Agrária.

Ao longo do tempo foram formulados diversos planos para implementação da reforma agrária no Brasil. O objetivo é fazer o resgate destes diferentes planos, bem como uma avaliação dos resultados de cada um deles. A pergunta principal é: porque existe tão grande descompasso entre o que foi previsto, em cada plano, e seus resultados efetivos?

Grupo 4: Assentamentos.

Ao longo do tempo diferentes ações governamentais propiciaram o acesso à propriedade de terra para grupos de trabalhadores rurais. O objetivo principal é fazer uma análise da situação destas áreas « reformadas ». As perguntas principais são: O que são assentamentos rurais? Que relações se pode estabelecer entre assentamentos e produção agrícola familiar? Que questões são colocadas pelos assentamentos? O que seria necessário para o desenvolvimento dos assentamentos?

Grupo 5: Significados da Reforma Agrária.

No rico debate ocorrido no Brasil, até a década de 60, se propunha que o desenvolvimento do país deveria passar, necessariamente, pela realização da reforma agrária. O modelo de desenvolvimento da agricultura, implementado no Brasil, fez com que muitos afirmassem que não era mais necessário a realização da reforma agrária. E hoje? Seria pertinente afirmar que, ainda que tardiamente, é imperioso que se realize uma reforma agrária no Brasil?

BIBLIOGRAFIA

DELGADO, Guilherme da Costa, Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965- 1985, Ed. UNICAMP/Icone, São Paulo-Campinas, 1985;

KAGEYAMA, Angela (coord.), O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do complexo Rural aos Complexos Agroindustriais, in Agricultura e Políticas Públicas no Brasil, IPEA (Série IPEA, 127), Brasília, 1990;

SANTOS, José Vicente Tavares, MATUCHOS: Exclusão e Luta (Do Sul para a Amazônia), Ed. Vozes, Petrópolis, 1993;

Disciplina: Inovação e Competitividade no Agronegócio

Créditos: 03/45h

Professor: Érico Alberto de Albuquerque Miranda

EMENTA:

Tecnologia na Teoria Econômica: Clássicos, Marx, Schumpeter, Neoclássicos. Evolução de Sistemas Agrários. Mecanismos Indutores do Progresso Técnico na Agricultura. Trajetória do Desenvolvimento Tecnológico na Agricultura. Complexificação da Atividade Agrícola. Inovações Tecnológicas e Competitividade Agroindustrial. Distribuição dos Benefícios da Inovação Tecnológica. Agricultura Sustentável: Tecnologia e Desenvolvimento Rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F. Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do Progresso Técnico: Uma Resposta às Exigências do Ajuste Estrutural. Tradução: Antônio R. P. Braga. Fortaleza, BNB, 1998.

ANDERSON, Robert S.; BRASS, Paul R.; LEVY, Edwin; e MORRISON, Barrie M.; eds. Science, Politics, and the Agricultural Revolution in Asia. Boulder, Colo., Westview Press, 1982.

BACHA, C. J. C. & ROCHA, M. T. O comportamento da agropecuária brasileira, no período de 1987 a 1996.

DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA E TÉCNICAS DE PESQUISA

PROFESSOR: RENATO KILPP E LEILIAM CRUZ

CARGA HORÁRIA: 45 h / - CRÉDITOS: 03

1 EMENTA

Disciplina voltada ao estudo do processo de produção do conhecimento científico, distinguindo ideologia e conhecimento científico. Aborda a problemática filosófica da produção de conhecimento científico, em uma perspectiva teórico-prática, discutindo concepções de ciência e de conhecimento científico; apontando características distintivas do método científico; enfatizando a adoção de procedimentos do método científico no estudo acadêmico; introduzindo questões da pesquisa em ciências humanas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 316 p.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241 p.

LÖWE, Michel. *Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 13.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Disciplina: DESENVOLVIMENTO LOCAL E COMPETITIVIDADE

Prof. Ministrante: Leiliam Cruz Dantas

Créditos 3/45h

EMENTA: Desenvolvimento local e globalização. Antecedentes e concepções atuais do desenvolvimento local. Inovação, capacitação empresarial e redes de empresas no contexto do desenvolvimento local. Participação dos atores territoriais no âmbito do desenvolvimento local.

PROGRAMA:

1. Desenvolvimento econômico local e globalização
2. Antecedentes e concepções atuais do desenvolvimento local
 - 2.1. Desenvolvimento local nos países desenvolvidos
 - 2.2. Desenvolvimento local na América Latina
 - 2.3. Desenvolvimento local no Brasil
3. Desenvolvimento local e inovação
4. Desenvolvimento local, capacitação empresarial e redes de empresas
5. Participação dos atores territoriais no âmbito do desenvolvimento local
6. Desenvolvimento local e aspectos culturais do território

BIBLIOGRAFIA:

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desarrollo económico local en Europa y América Latina**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília, DF: IPEA, 1999. (Texto para discussão, n. 630).

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Local**

economies and globalisation. Paris, 1995. (LEED Notebook n.20). Disponível em: <<http://www.oecd.org/tds/bis/nb20.htm>>.

DISCIPLINA: Teoria Econômica II

PROFESSOR: Clodoaldo Roque Dalajustina Bortoluzi

Créditos: 3/45h

EMENTA

Demanda efetiva. Expectativas. Equilíbrio de bens, IS. Equilíbrio de moeda, LM. A determinação da renda nacional. Inflação e políticas de estabilização, a curva de Philips. Economia aberta, taxas de câmbio fixas e flexíveis. Modelos de crescimento e desenvolvimento.

1. Teoria quantitativa da utilidade
2. A preferência, a função preferência, os axiomas da preferência, as curvas de indiferença e a otimização.
3. A teoria da produção. Funções de produção. Economias de escala e de escopo.
4. A teoria dos custos de produção. A minimização de custos. O curto e o longo prazo. As funções de custo de produção.
5. O objetivo da empresa. A maximização do lucro e de vendas.
6. A teoria do risco
7. Demanda de fatores de produção: a demanda do fator trabalho, a demanda do fator capital.
8. A concorrência
9. O monopólio
10. O oligopólio: barreiras à entrada, a rigidez de preços, a dinâmica das estruturas de mercado
11. O equilíbrio geral. A eficiência: no consumo, na produção, nos mercados.
12. As externalidades e os bens públicos.

BIBLIOGRAFIA

HENDERSON, James M. & QUANDT, Richard E. *Teoria Microeconômica*. São Paulo. Pioneira, 1976.

HICKS, John R. Valor e Capital. In: *Os Economistas*. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

LABINI, Paolo Sylos. Oligopólio e Progresso Técnico. In: *Os Economistas*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.

NAYLOR, Thomas & VERNON, John. *Economia de la Empresa*. Buenos Aires, Amorrortu, 1973.

PINDYCK, R. S. & RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. São Paulo, Makron Books do Brasil, 2002.

SAMUELSON, Paul. Fundamentos da Análise Econômica. IN: *Os Economistas*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

STEINDL, Josef. Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano. In: *Os Economistas*.

São Paulo, Abril Cultural, 1983.

SWEEZY, Paul, M. Teoria e Desenvolvimento Capitalista. In: *Os Economistas*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

VARIAN, H. R. *Microeconomia* – Princípios básicos. Rio de Janeiro, Campus, 1991.

DISCIPLINA: TEORIA ECONÔMICA I

CRÉDITOS: 03/40h

PROFESSORA: GELFA AGUIAR

EMENTA: Evolução da Teoria do Valor no âmbito da Ciência Econômica. A Teoria do Valor-Trabalho. O Método da Economia Política. Mercadoria e Dinheiro. Força de Trabalho e Capital. Salários e Mais-Valia. Acumulação de Capital. Reprodução e Realização do Capital.

Bibliografia de Referência

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, vol. 1 e 2; Livro 2, vol. 3. São Paulo, Editora DIFEL, 1987.

KALECKI, Michal. *Teoria da Dinâmica Econômica*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MIGLIOLI, J. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: Editora T.^a Queiroz, 1986.

DISCIPLINA: TEORIA ECONÔMICA III

CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60 h

PROFESSORA: Dra. ISABEL L. FANTGALLAND

1. **Ementa:** O sistema de preços: as curvas de demanda individual e de Mercado. Deslocamentos e movimentos ao longo da curva de demanda. Oferta de mercado e modelo básico de concorrência. Os objetivos do desempenho econômico: PIB e contas nacionais. O modelo de pleno emprego. Demanda Agregada e renda. Demanda agregada e inflação. Economia aberta. Economia Internacional. Déficit e Superávit. Medidas da razão de dependência e estratégias de desenvolvimento.
2. **Objetivos:**
Geral: Apresentar a teoria macroeconômica a partir de introdutório cabedal conceitual tematizando para a contemporaneidade.
Específicos: 1 Organizar conceitos e exercícios permitindo um curso completo de macroeconomia, dando destaque para os aspectos mercadológicos; 2 Oportunizar o debate entre os modelos clássicos de pleno emprego e contexto histórico atual; 3 Utilizar nos exercícios os bancos de dados que contemplem a usagem da teoria supra; 4 Favorecer o debate das temáticas ementadas.
3. **Justificativa:** A disciplina tem como tracejado a macroeconomia clássica e a moderna, passando pelos novos-clássicos e neo-keynesianos. As grandes áreas de concentração

de conhecimento tornam-se verdadeiros bancos de dados para as demais. Justifica-se esta disciplina pela plataforma ampla com que trabalha conceitos e metodologias. É da macroeconomia que se extraem os melhores conceitos relativos à firma, ao mercado, as tecnologias e ao mundo do trabalho.

4. **Metas:** Pretende-se contribuir para a compreensão do alunado em problemas relativos ao mercado e sua dinâmica de negócios e igualmente do mercado industrial e do trabalho, oportunizando discussões objetivas e contemporâneas sobre a evolução da produção e do mercado de trabalho. Atingir todo o conteúdo proporcionando um bom entendimento do mesmo.
5. **Metodologia:** O curso será ministrado em aulas expositivas dialogadas, estudos-dirigidos com fins de fixação de conteúdos e seminários.
6. **Avaliação:** As avaliações ocorrerão em três etapas. Duas provas e um exercício, utilizando banco de dados. Por fim, será exigida como conclusão da disciplina uma monografia temática.

Programa da Disciplina

Unidade I – O sistema de preços

- 1.1 A curva individual de demanda
- 1.2 A curva de demanda de mercado
- 1.3 A origem dos deslocamentos da curva
- 1.4 Restrição orçamentária
- 1.5 Movimentos ao longo da curva

Unidade II – Oferta de Mercado

- 2.1 Formação da curva de oferta – insumos
- 2.2 Deslocamentos da curva de oferta
- 2.3 Movimentos ao longo da curva de oferta e demanda
- 2.4 Determinantes da elasticidade-preço da oferta
- 2.5 Modelo básico de concorrência
- 2.6 Concorrência imperfeita
- 2.7 Informação imperfeita
- 2.8 Mudança Tecnológica

Unidade III – Introdução à Contabilidade Social

- 3.1 Desempenho Macroeconômico
- 3.2 Medidas do PIB e PNB
- 3.3 Emprego e desemprego
- 3.4 Lei de Okum
- 3.5 Curva de Phillips
- 3.6 Aplicações e Exercícios

Unidade IV – Modelo de Pleno-Emprego

- 4.1 Mercado de trabalho clássico
- 4.2 Mercado de trabalho keynesiano
- 4.3 Insiders e out-siders
- 4.4 Aplicações e Exercícios

Unidade V – Moedas e Crédito

- 5.1 Sistema Financeiro Internacional
- 5.2 Teoria monetária
- 5.3 Mercado Financeiro
- 5.4 A teoria do crédito e da geração de renda

Unidade VI – Economia Aberta e Política Econômica

- Curva DAÍ e Economia Aberta
- Taxa de cambio e liquidez
- Política monetária e cambio flexível
- Aplicações e Exercícios

Unidade VII – Desenvolvimento sócio-econômico

- 7.1 Desenvolvimento
- 7.2 Impactos da inflação e do desemprego
- 7.3 A teoria dos ciclos reais
- 7.4 Experiências comparadas

Bibliografia

HALL, R (2003) MACROECONOMIA, PARKIN
BLANCHARD, O.& R. FISCHER (2004) MACROECONOMIA, PEARSON
SACHS & LARRIN (1995) MACROECONOMIA, MAKRON BOOKS
STGLITZ, J. (2004) INTRODUÇÃO À MACROECONOMIA, CAMPUS